

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2003

DE 01/07/2003

S U M Á R I O

Artigo

TÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	1º
TÍTULO II REMESSA DE INFORMAÇÕES E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	2º
CAPÍTULO I DA REMESSA POR MEIO DE TRANSMISSÃO DE DADOS E FÍSICO.....	2º
Seção I Administração Municipal.....	8º
Subseção I Contas Anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal de Vereadores.....	8º
Subseção II Orçamentos, Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias.....	9º
Subseção III Informações Mensais das Unidades Gestoras.....	10º
Subseção IV Informações Anuais das Unidades Gestoras.....	11
TÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS	13

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2003

Estabelece o sistema de remessa de informações por meio de transmissão de dados (internet) e físico (papel), das unidades gestoras das Administrações Municipais do Estado de Mato Grosso, pertinentes ao controle externo exercido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, disciplina o Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC e dá outras providências .

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, tendo em vista o artigo 46 e seu parágrafo único da Constituição Estadual e o artigo 4º da Lei Complementar nº 11 de 18 de dezembro de 1991, RESOLVE:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta Instrução Normativa regula a remessa de informações e demonstrativos contábeis, **por meio de transmissão de dados (internet) e físico (papel)**, a ser feita pelos gestores das unidades das Administrações Públicas Municipais junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, disciplina o Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC e dá outras providências.

TÍTULO II

REMESSA DE INFORMAÇÕES E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

CAPÍTULO I

DA REMESSA POR MEIO DE TRANSMISSÃO DE DADOS E FÍSICO

Art. 2º - A remessa de informações e demonstrativos contábeis, pelos responsáveis das unidades gestoras municipais, será feita por **meio de transmissão de dados (internet) e físico (papel)**, com periodicidade mensal e anual, ressalvadas as exceções previstas no art. 17 desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único - As regras, procedimentos e tipos de dados sobre as informações e demonstrativos contábeis a serem remetidas por **meio de transmissão de dados (internet)** estão detalhadas nas instruções contidas no Anexo I, denominado “**Lay-out's**” e no Anexo II, denominado “**Tabelas Internas do Sistema APLIC**”, partes integrante desta Instrução Normativa.

Art. 3º – Por ocasião da criação de novos municípios no Estado de Mato Grosso, estes deverão encaminhar, por meio físico (papel), as seguintes informações:

I - Lei de criação, Lei orgânica, e Código Tributário do Município;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

II - Para as autarquias e fundações: Lei de criação e Estatuto;

III - Para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas controladas - Lei de criação, Estatuto e Regimento interno;

IV - Para os Fundos especiais e contábeis - Lei de criação e Decreto de regulamentação;

Parágrafo Único - As unidades gestoras remeterão, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações ocorridas nas leis, decretos e regulamentos, referidos no “caput” deste artigo a contar das respectivas publicações, por **meio físico (papel)**,.

Art. 4º - As unidades gestoras das Administrações Municipais autorizarão as instituições financeiras com as quais operam, a proceder a **transmissão de dados (internet)** de todos os extratos de suas contas correntes e de aplicações que movimentem recursos públicos, do mês imediatamente anterior, dentro do prazo de até o dia 10 (dez) do mês subsequente, na forma estabelecida no Anexo III, desta Instrução Normativa denominado **“Modelo de Instrução para Autorização e Transmissão de Extratos Bancários”**.

Art. 5º - As unidades gestoras dos Municípios manterão à disposição do Tribunal de Contas, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data da decisão definitiva do Tribunal, toda documentação comprobatória dos atos administrativos, financeiros e contábeis apresentados por **meio de transmissão de dados (internet)**, que serão remetidos sempre que solicitados.

Art. 6º - As informações e demonstrativos contábeis do mês de dezembro deverão incorporar os lançamentos de encerramento do exercício e as do mês de janeiro, incorporarão os lançamentos de abertura do exercício.

Art. 7º - O Tribunal de Contas, a qualquer tempo, poderá requisitar junto às unidades gestoras, quaisquer informações e demonstrativos contábeis que entender necessários à apreciação das contas, que serão remetidos por meio de transmissão de dados (internet) ou físico (papel), conforme for solicitado.

SEÇÃO I – ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Subseção I – Contas Anuais do Prefeito e da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 8º - As contas anuais do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara Municipal de Vereadores serão remetidas, por **meio físico (papel)**, no prazo estabelecido no § 1º do art. 209 da Constituição Estadual, devidamente acompanhadas dos documentos estabelecidos no Regimento Interno do Tribunal de Contas.

Subseção II – Orçamentos, Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias

Art. 9º - Para fins de acompanhamento da execução orçamentária, a Administração Municipal através do órgão competente, remeterá, no prazo estabelecido no Regimento Interno do Tribunal de Contas, por **meio de transmissão de dados (internet) e físico (papel)**, as leis relativas aos :

- I - Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social;
- II - Plano Plurianual;
- III- Diretrizes Orçamentárias.

Subseção III – Informações Mensais das Unidades Gestoras

Art. 10- As Prefeituras, as Câmaras Municipais de Vereadores, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, os Fundos Municipais vinculados às unidades gestoras da Administração Municipal, as Empresas Públicas, por seus titulares, remeterão, no prazo estabelecido no Regimento Interno do Tribunal de Contas, por **meio de transmissão de dados (internet) e físico (papel)**, as informações detalhadas no Anexo I e no Anexo II desta Instrução Normativa.

Subseção IV – Informações Anuais das Unidades Gestoras

Art. 11- As Prefeituras, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, os Fundos Especiais vinculados às unidades da Administração Municipal e as Câmaras Municipais de Vereadores, por seus titulares, remeterão até 30 (trinta) dias após o início de cada exercício financeiro, por **meio de transmissão de dados (internet)**, as informações detalhadas no Anexo I e no Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 12 - As Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e suas controladas da Administração Municipal, por seus titulares, remeterão, até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, por **meio físico (papel)**, o Balanço Geral, composto dos documentos previstos no Art. 135 e seus incisos do Regimento Interno do Tribunal de Contas.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13 - O encaminhamento das informações e demonstrativos contábeis, por **meio físico (papel)**, far-se-á mediante expediente próprio da unidade de origem, com a indicação precisa do interessado e o assunto de que trata, devidamente subscrito pela autoridade competente, que se qualificará.

Art. 14 - As informações e demonstrativos contábeis, remetidos por **meio físico (papel)**, serão considerados recebidos pelo Tribunal após convalidação pelo Setor competente.

Parágrafo Único - A remessa por **meio de transmissão de dados (internet)**, se efetivará após a convalidação eletrônica, conforme os Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 15 - O Anexo I, denominado “**Lay-out's**” e no Anexo II, denominado “**Tabelas Internas do Sistema APLIC**” poderão ser alterados, quanto à sua forma e conteúdo, por deliberação do Pleno deste Tribunal, procedendo-se a publicação das alterações no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Art. 16 - Ficam aprovados o Anexo I, denominado “**Lay-out's**” e no Anexo II, denominado “**Tabelas Internas do Sistema APLIC**” a que se refere a presente Instrução Normativa.

Art. 17 – As tabelas definidas como “Carga Inicial” e “Orçamento”, no Anexo I, bem como as informações mensais do exercício de 2003 anteriores à vigência desta Instrução Normativa deverão ser remetidas **até o último dia do mês subsequente à aprovação desta Instrução**, na forma do **Art. 2º** desta Instrução.

Art. 18 – Fica fixada a data de 1º de Janeiro de 2004, para envio dos dados na forma do **Art. 2º** desta Instrução, relativos ao exercício de 2004, não eximindo os jurisdicionados da remessa dos balancetes mensais de 2004 através de meio físico (papel).

Art. 19 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Instrução Normativa nº. 001/2002.

CONS. BRANCO DE BARROS
PRESIDENTE

CONS. ARY LEITE DE CAMPOS
VICE-PRESIDENTE

CONS. ANTÔNIO JOAQUIM
CORREGEDOR GERAL

CONS. UBIRATAN SPINELLI

CONS. VALTER ALBANO

CONS. JOSÉ CARLOS NOVELLI

CONS. JÚLIO CAMPOS